

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.051.118 - GO  
(2017/0023528-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : AUREO BUENO DA SILVA  
**ADVOGADOS** : MARILUCI SOUSA BUENO E OUTRO(S) - GO013385  
REINALDO FINOTTI FERREIRA E OUTRO(S) - GO035039  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES E OUTRO(S) - RJ147339  
FERNANDA FERREIRA ALENCAR - GO034015  
EDGARD DO COUTO MASCARENHAS - GO032048  
LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - GO036134  
SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - GO030261  
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - GO040823A

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NOVO EXAME DO RECURSO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL VERIFICADA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - ANÁLISE PREJUDICADA. EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno interposto por Aureo Bueno da Silva contra a decisão de fls. 581-583 (e-STJ), na qual esta relatoria conheceu do seu agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nas razões do agravo interno (e-STJ, fls. 587-597), persiste o insurgente nas teses de negativa de prestação jurisdicional e de ocorrência de prescrição intercorrente.

Pede, assim, a reconsideração do *decisum*.

Impugnação às fls. 602-607 (e-STJ), na qual se pede o desprovimento do recurso.

Brevemente relatado, decido.

Em nova análise dos julgados recorridos, concluiu-se pela razão do recorrente, portanto, em juízo de retratação, nos termos do § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, **torna-se sem efeito** a decisão de fls. 581-583 (e-STJ), e

passa-se a nova análise do recurso.

Primeiramente, cingiu-se o recurso sobre a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional. Defendeu o recorrente que o Tribunal de origem omitiu-se sobre os seguintes pontos da lide: aplicabilidade do art. 792, parágrafo único, do CPC/1973; e o argumento contido na exceção de pré-executividade (obrigação subsidiária, autônoma e por tempo determinado do avalista).

Com relação à primeira omissão, sem razão o recorrente, pois a Corte estadual fundamentou a decisão na ausência de intimação do exequente para dar prosseguimento ao feito e, quando intimado, ter atendido à intimação.

Veja-se à fl. 476 (e-STJ):

Tem-se, portanto, que o marco inicial para a contagem da prescrição intercorrente é a intimação pessoal do autor, sem a qual não há formação desse fato jurídico extintivo.

Segundo se infere dos autos da execução, após a suspensão do feito, nos moldes do art. 791, III, o exequente intimado a movimentar o processo, requereu a penhora, avaliação e praxeamento de bens dos executados. Novamente intimado, pugnou pela pesquisa nos sistemas RENAJUD e INFOJUD. Por fim, contestou a exceção de pré-executividade e propugnou pelo regular prosseguimento.

Ora, no caso em análise, não houve nenhuma desídia do apelante/exequente passível de ensejar a alegada prescrição.

Já referente à segunda omissão, observa-se que, de fato, a Corte local não se manifestou, alegando que o argumento tecido na exceção se referia à prescrição intercorrente.

Veja-se à fl. 479 (e-STJ):

Com relação ao pedido de análise da exceção de pré-executividade, verifico que a matéria por ele debatida restringe-se a ocorrência da prescrição intercorrente, a qual já restou analisada no apelo e no presente recurso.

Mesmo tendo o recorrente provocado o TJGO através dos aclaratórios (e-STJ, fls. 486-491), este permaneceu silente.

Com efeito, inarredável a conclusão de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, pois, independentemente do acerto ou não da tese invocada, ela deveria ter sido objeto de análise pela Corte de origem.

Saliente-se, por oportuno, que o direito ao provimento jurisdicional claro, coerente e congruente é corolário do devido processo legal, contido no inciso LIV do art.

5º da Constituição Federal. É, portanto, elemento do núcleo intangível da ordem constitucional brasileira, a que o julgador deve integral obediência.

A análise da tese de prescrição intercorrente se mostra prejudicada diante da necessidade de novo pronunciamento sobre os embargos de declaração.

Por todo o exposto, em juízo de retratação, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, dar-lhe provimento a fim de anular o acórdão que julgou os embargos de declaração e determinar que outro seja proferido, sanando-se o vício, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Brasília, 05 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

